

O Livro dos Espíritos



Allan Kardec

**LIVRO III – As Leis Morais
CAPÍTULO X – Lei de liberdade**

Índice

Assunto	Origem	Página
I – Liberdade Natural	O Livro dos Espíritos	03
Busca interminável	O Consolador	04
II – Escravidão	O Livro dos Espíritos	06
Escravidão	O Consolador	07
Liberdade segundo Jesus	O Consolador	08
III – Liberdade de Pensamento	O Livro dos Espíritos	10
Pensar? Pra quê?	O Consolador	11
IV – Liberdade de Consciência	O Livro dos Espíritos	14
A interpretação Espírita	O Consolador	15
V – Livre Arbítrio	O Livro dos Espíritos	17
Livre-arbítrio	O Consolador	19
O princípio de ação e reação	O Consolador	21
VI – Fatalidade	O Livro dos Espíritos	23
Fatalidade e livre-arbítrio	O Consolador	27
VII – Conhecimento do Futuro	O Livro dos Espíritos	28
O Futuro a Deus pertence	O Consolador	29

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

Livro terceiro – As leis morais

Capítulo X – Lei de Liberdade

I – Liberdade natural

825. Haverá no mundo posições em que o homem possa jactar-se de gozar de absoluta liberdade?

“Não, porque todos precisais uns dos outros, assim os pequenos como os grandes.”

826. Em que condições poderia o homem gozar de absoluta liberdade?

“Nas do eremita no deserto. Desde que juntos estejam dois homens, há entre eles direitos recíprocos que lhes cumpre respeitar; não mais, portanto, qualquer deles goza de liberdade absoluta.”

827. A obrigação de respeitar os direitos alheios tira ao homem o de pertencer-se a si mesmo?

“De modo algum, porquanto este é um direito que lhe vem da natureza.”

828. Como se podem conciliar as opiniões liberais de certos homens com o despotismo que costumam exercer no seu lar e sobre os seus subordinados?

“Eles têm a compreensão da lei natural, mas contrabalançada pelo orgulho e pelo egoísmo. Quando não representam calculadamente uma comédia, sustentando princípios liberais, compreendem como as coisas devem ser, mas não as fazem assim.”

a) — Ser-lhes-ão, na outra vida, levados em conta os princípios que professaram neste mundo?

“Quanto mais inteligência tem o homem para compreender um princípio, tanto menos escusável é de o não aplicar a si mesmo. Em verdade vos digo que o homem simples, porém sincero, está mais adiantado no caminho de Deus, do que um que pretenda parecer o que não é.”

Crônica e Artigos

05 – 16/05/2007

O Consolador – (Leda Maria Flaborea)

I. Liberdade natural

Busca interminável

A viagem que cada um de nós realiza em torno de si mesmo, buscando alcançar a liberdade de ação, é desgastante porque é desesperadora. O sentimento de prisão e a sensação de amarras que sentimos, literalmente, em nossos movimentos, nos impedem sempre de agir. Difícil compreender de onde vêm e porque estão tão presentes em nós.

A consciência dessa presença é tão viva que nos dá a impressão de ser um estado natural e, portanto, impossível de ser desfeita. O que torna tudo isso incrível é a necessidade de liberdade de movimentos – e não falamos, apenas, de movimentos físicos, sejam eles de que ordem forem – que convivem, de alguma forma, com essa constante presença em nossas vidas: as amarras.

Apesar da dificuldade, vamos procurar compreender o significado dessa contradição que nos impede de crescer para essa amplidão psíquica que nos é de direito possuir. O sentimento de liberdade – não importam agora as diferentes conceituações que se possam dar a ele – está inserido na própria natureza humana quando da sua criação. Essa liberdade, no nosso entender, não se refere àquela em que cada um pode realizar o que deseja – e muitos apreciariam esse estado de coisas – para satisfazer seus mínimos caprichos; se buscamos isso, basta olhar ao nosso redor para entendermos que a liberdade de cada um encontra limite na liberdade do outro. O direito que exigimos de sermos livres também é o direito do outro.

Esse sentimento ao qual nos referimos é a vontade de alcançar algo acima das amarras que nos prendem ao solo. Quantas vezes, cada um de nós já não desejou, ao olhar para o espaço, projetar-se em um imenso mergulho nessa imensidão. E estamos falando do mergulho físico, literalmente. O sentimento de liberdade ainda se liga ao da sensação que precisamos experimentar. As nossas emoções precisam, ainda, de parâmetros físicos. Por essa razão, quando falamos ou pensamos em tal conceito, nos imaginamos voando ou, para aqueles que preferem, mergulhando nas profundezas do oceano, ou ainda em altas velocidades procurando chegar mais depressa a lugar algum.

É muito pouco comum o ser humano perceber, com clareza, qual a liberdade que ele experimenta e qual realmente deseja. A confusão é evidente tendo-se em conta que o mundo que nos cerca é basicamente estruturado em razão de vivências sensitivas. Necessidade do Espírito para o seu crescimento! Assim, apesar de em algumas ocasiões experimentarmos essa liberdade “física” – mesmo que por breves instantes – acabamos retornando ao solo e nos sentimos amarrados. Duas necessidades que aparentemente se contrapõem, mas absolutamente importantes para aprendermos a separá-las e vivenciá-las, cada uma no seu momento.

É importante levarmos em consideração que o processo de identificação, separação e vivência conceitual pode ser o mesmo do crescimento físico pelo qual passamos da infância à maturidade. Nossos primeiros contatos com o mundo material se iniciam através do tato e muito lentamente passamos da fase do concreto para a conceitual. Por exemplo, primeiro sentimos a mesa (sensação física, tátil) para depois entendermos que a mesma palavra significa não só aquela mesa que primeiro nos serviu de parâmetro, mas todo e qualquer objeto que tenha a mesma finalidade. Transportando para o conceito de liberdade é inevitável depararmos com tal similitude. Entretanto, enquanto não abandonarmos a idéia de girar ao redor de nós mesmos, nessa busca interminável, nenhum passo conseguiremos dar em direção ao sentimento idealizado. O máximo que poderemos alcançar é, indubitavelmente, o realizado por causa da nossa total limitação psíquica de apreender o verdadeiro significado de liberdade.

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

No estágio evolutivo em que o homem se encontra, e só podemos falar agora do nosso planeta, esse máximo conquistado representa, por ora, uma grande vitória. Entretanto, é imprescindível levar-se em conta que, apesar de o tempo trabalhar a nosso favor, não podemos adiar mais a decisão de nos preparar- mos para o verdadeiro mergulho. Jesus nos deixou, em passagem evangélica, a confirmação de que somos muito mais capazes do que julgamos ser, e diz claramente que poderíamos ser como ele era e realizar o que ele realizava. O Mestre conhecia a alma humana; sabia de toda a potencialidade e também de todos os seus medos.

O ser e o realizar como ele significa, no nosso ponto de vista, o movimentar-se dentro do mais profundo respeito com toda a obra divina, a começar por si próprio. Entendemos que esse respeito só se dá na medida em que conhecemos o objeto da nossa preocupação; na medida em que reconhecemos, em todos os cantos, a obra divina. Sem essa premissa verdadeira, dificilmente seremos capazes de nos reconhecermos como tal e, portanto, de nos respeitarmos.

Mas, quando isso acontece, iniciamos a preparação para o mergulho dentro de nós mesmos. No reconhecimento do outro como parceiro – porque também criatura do mesmo Criador – e não mais como adversário na conquista do direito de ser livre, vamos desenvolver o que há de mais precioso nessa batalha pessoal: a FRATERNIDADE. Quando nos reconhecemos como iguais – detentores dos mesmos direitos – nos sentimos em condições de compreender o outro em toda a sua capacidade de, aliado a nós, ser agente modificador de tudo que nos cerca. Essa possibilidade que se abre ao Espírito em luta na busca de sua liberdade, proporciona o encontro com seu EU, com sua consciência cósmica, dando-lhe a certeza de que sua liberdade está na união das duas vertentes que se lhe apresentam, no início, como sendo contraditórias: a vertente material – vida de sensações, limitada, e a vertente espiritual – vida consciencial, não limitada.

A aparente dualidade que o ser humano vivencia é que lhe traz esse desespero e a sensação de estar preso a amarras. Essa dualidade é necessária. O que se torna dispensável é a valorização que se dá apenas a uma delas, pois somente através da experiência material pode o Espírito crescer em entendimento de suas verdadeiras potencialidades, como obra de Deus - criado para ser perfeito, dentro de toda a relatividade possível – mas, inevitavelmente, destinado a ser foco de luz a clarear outros corações, que um dia estarão, vivendo as mesmas angústias e os mesmos medos que hoje experimentamos.

II – Escravidão

829. Haverá homens que estejam, por natureza, destinados a ser propriedades de outros homens?

“É contrária à lei de Deus toda sujeição absoluta de um homem a outro homem. A escravidão é um abuso da força. Desaparece com o progresso, como gradativamente desaparecerão todos os abusos.”

É contrária à Natureza a lei humana que consagra a escravidão, pois que assemelha o homem ao irracional e o degrada física e moralmente.

830. Quando a escravidão faz parte dos costumes de um povo, são censuráveis os que dela aproveitam, embora só o façam conformando-se com um uso que lhes parece natural?

“O mal é sempre o mal e não há sofisma que faça se torne boa uma ação má. A responsabilidade, porém, do mal é relativa aos meios de que o homem disponha para compreendê-lo. Aquele que tira proveito da lei da escravidão é sempre culpado de violação da lei da Natureza. Mas, aí, como em tudo, a culpabilidade é relativa. Tendo-se a escravidão introduzido nos costumes de certos povos, possível se tornou que, de boa-fé, o homem se aproveitasse dela como de uma coisa que lhe parecia natural. Entretanto, desde que, mais desenvolvida e, sobretudo, esclarecida pelas luzes do Cristianismo, sua razão lhe mostrou que o escravo era um seu igual perante Deus, nenhuma desculpa mais ele tem.”

831. A desigualdade natural das aptidões não coloca certas raças humanas sob a dependência das raças mais inteligentes?

“Sim, mas para que estas as elevem, não para embrutecê-las ainda mais pela escravização. Durante longo tempo, os homens consideram certas raças humanas como animais de trabalho, munidos de braços e mãos, e se julgaram com o direito de vender os dessas raças como bestas de carga. Consideram-se de sangue mais puro os que assim procedem. Insensatos! nada vêem senão a matéria. Mais ou menos puro não é o sangue, porém o Espírito.” (361-803)

832. Há, no entanto, homens que tratam seus escravos com humanidade; que não deixam lhes falte nada e acreditam que a liberdade os exporia a maiores privações.

Que dizeis disso?

“Digo que esses compreendem melhor os seus interesses.

Igual cuidado dispensam aos seus bois e cavalos, para que obtenham bom preço no mercado. Não são tão culpados como os que maltratam os escravos, mas, nem por isso deixam de dispor deles como de uma mercadoria, privando-os do direito de se pertencerem a si mesmos.”

A escravidão

A escravidão é um erro inconcebível

6. De acordo com a lei natural todos os seres possuem direitos.

A toda criatura é concedida a liberdade de pensar, falar e agir, desde que essa concessão subentenda o respeito aos direitos do próximo.

Ser livre é saber, assim, respeitar os direitos alheios, porque desde que juntos estejam dois homens há entre eles direitos recíprocos que lhes cumpre respeitar.

7. Vivemos em um planeta que se caracteriza pela predominância do mal sobre o bem.

A Terra, como sabemos, é ainda um mundo inferior onde seus habitantes estão submetidos a provas e expiações.

É por isso que muitos Espíritos que aqui vivem não possuem o discernimento natural para o emprego da liberdade que Deus lhes concedeu.

A ocorrência de abusos de poder, manifestada nas tentativas de o homem escravizar o próprio homem, em variados graus e formas, é o exemplo típico do mau uso dessa lei natural.

8. À medida que o ser humano evolui, cresce com ele a responsabilidade sobre os seus atos, sobre as suas manifestações verbais e, até mesmo, sobre os seus pensamentos.

Nesse estágio evolutivo passa a compreender que a liberdade não se traduz por fazer ou deixar de fazer determinada coisa, irresponsavelmente.

Procura, então, medir sua linha de ação, de maneira que esta não atinja desastrosamente o próximo. Compreende que sua liberdade termina onde começa a do próximo, e exerce sua vontade própria de maneira mais coerente e responsável.

9. A sujeição absoluta de um homem a outro constitui, portanto, um erro gravíssimo, de consequências desastrosas para quem o pratica. A escravidão, seja ela física, intelectual, social ou econômica, é sempre um abuso da força e tende a desaparecer com o progresso da Humanidade.

10. Quem arbitrariamente desfere golpes cerceando a liberdade dos outros, escravizando-os pelos diversos processos que o mundo moderno propicia, sofrerá mais tarde a natural consequência de seus atos, e essa será a vergasta da dor, que desperta e corrige, educa e levanta para os tirocínios elevados da vida.

Crônica e Artigos

170 – 09/12/2007

O Consolador – (Leda Maria Flaborea)

II. Escravidão

Liberdade Segundo Jesus

“Estais, pois, firmes na liberdade com que o Cristo nos libertou e não vos submetais de novo ao jugo da escravidão.” - Paulo *

Importante meditarmos vez por outra – o ideal seria estarmos sempre atentos – na liberdade que Jesus nos trouxe, libertando-nos das algemas da ignorância.

Por conta do falso entendimento que temos do verdadeiro significado dessa liberdade, companheiros incautos de jornada terrena colocam o Cristo como rebelde diante das leis vigentes em sua época. Muito pelo contrário, Ele, efetivamente, deu continuidade na lei, quando trouxe o abrandamento no lugar do endurecimento dos homens ao tempo de Moisés.

Na epístola aos Gálatas, o apóstolo Paulo fala em liberdade e que a liberdade que Jesus trouxe é a do entendimento das diretrizes estabelecidas por Deus, para a evolução do homem.

O Mestre foi claro: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” das algemas que ainda prendem o homem à materialidade, às ilusões fantasiosas, que geram angústias, medos, solidão, doenças ditas do homem moderno, mas que são de todas as épocas. Assim, quanto mais o homem mergulha na insensatez, no desequilíbrio, na insanidade, mais se angustia e sente medo, mais se isola – embora cercado de tantos – e se destrói.

O conhecimento da verdade – convite de Jesus – envolve a aquisição da liberdade que temos de fazer ou não fazer, de dizer ou não dizer, continuar lutando ou permanecendo na inércia, maldizer ou abençoar, compreender ou ser intolerante, responsabilizando-nos por, cada escolha feita em pensamento, palavra ou ato. Essa a liberdade com Jesus que livra o homem das garras da ignorância, segundo o pensamento de Paulo.

Apesar de ainda não termos uma noção muito clara dessa conquista – e talvez por isso mesmo -, quase sempre caímos na armadilha de pensar que liberdade significa fazer o que se quer, na hora que se deseja, desrespeitando direitos alheios, referindo-nos, tão-somente, a, situações mezinhas, do dia-a-dia, dentro do nosso lar, nos locais de trabalho, nas filas, no trânsito, por exemplo. Liberdade fantasiosa, transitória, que está sempre nos amarrando às nossas escolhas descabidas e insanas.

Esse conceito deturpado – expressão do sentimento egoico – tem o foco centralizado em caprichos incontroláveis, bem diferente da ideia de liberdade de quem, cumprindo seus deveres, encontra paz e alegria, sensações bem distantes das angústias, medos e solidão, que assombram o chamado homem moderno, características desses dias que correm.

Buscar a liberdade em Jesus é vivenciar seus ensinamentos. Não é apenas tê-lo ao nosso lado – dizemos muito que caminhamos com Ele – mas, sim, dentro de nós. É compreender o que significam as palavras de que “estaria conosco até o final dos séculos” até que aprendêssemos. Paciência e amor de um Mestre que deseja que seus aprendizes evoluam, que caminhem sozinhos, dando continuidade à tarefa que O trouxe ao planeta.

Somos milhões de seres que vivem sem perceberem, efetivamente, o que acontece ao redor de si. A natureza que o diga! Experimento um pouco aqui, outro tanto acolá, buscando prazeres fortuitos, realizações passageiras, ilusórias, presos às algemas da indiferença, da intolerância nos mais diferentes setores da vida, da preguiça, sem nada realizarmos de verdadeiramente útil para nós e para a comunidade na qual estamos inseridos. Precisamos, sempre, que alguém ou algo nos desperte para a necessidade dessa busca real, perene.

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

Mas, apesar de toda essa dificuldade, se já temos algum conhecimento, podemos auxiliar esses irmãos, seja alertando-os, seja reerguendo-os, porque, antes de mais nada, estaremos, vivenciando a liberdade com Jesus, colocando em prática o nosso direito de fazer ou não fazer, de dizer sim ou não, com responsabilidade e conscientes de que a cada um será dado segundo as obras que houver realizado. Como não basta passar receita de virtude e serviço – atitude comum em nós –, é importante que preparemos, com os recursos que possamos dispor, o entendimento do companheiro. Que tal começarmos pelo próprio exemplo?

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

III – Liberdade de pensamento

833. Haverá no homem alguma coisa que escape a todo constrangimento e pela qual goze ele de absoluta liberdade?

“No pensamento goza o homem de ilimitada liberdade, pois que não há como pôr-lhe peias. Pode-se-lhe deter o voo, porém, não aniquilá-lo.”

834. É responsável o homem pelo seu pensamento?

“Perante Deus, é. Somente a Deus sendo possível conhecê-lo, ele o condena ou absolve, segundo a sua justiça.”

Crônica e Artigos

87 21/12/2008

O Consolador – (Marcelo Henrique Pereira)

III. Liberdade de pensamento

Pensar? Pra quê?

Você pensa? A pergunta pode soar curiosa e provocar certa repulsa, de início. Afinal, nosso cérebro trabalha o tempo todo, envolto das pequenas às grandes realizações do dia-a-dia. Mesmo nas questões mais rotineiras, como cuidar da higiene pessoal, alimentar-se, percorrer o caminho da casa para o trabalho e vice-versa, dizemos que nossa inteligência se manifesta, pois a máquina cerebral está em constante atividade. E, ao que parece, quando surgem situações imprevistas ou adversas, é justamente neste momento em que os nossos neurônios são fortemente provocados e a nossa bagagem espiritual responde na forma da resolução de problemas e dificuldades ou na direção da tomada de decisões.

Ainda assim, nas chamadas atividades culturais e educativas, o pensamento parece ser o instrumento mais necessário e utilizado, de vez que diversos estímulos (visuais, auditivos, sensoriais, cognitivos, psíquicos) desencadeiam a necessidade de atribuir valor às idéias, aderindo a ou rechaçando muitas delas. Todavia, não devemos esquecer que em diversificadas situações, o indivíduo **apenas reproduz** o saber que lhe é repassado por tutores, instrutores, professores, pais, chefes, colegas de trabalho etc., deixando muito pouco espaço para a atividade criativa, principalmente em sistemas mais fechados e ortodoxos, sobretudo aqueles em que as novas idéias provocam verdadeiras revoluções e, em razão da manutenção do status quo (poder, influência, decisão), são reprimidas, dificultadas ou não-incentivadas.

Para melhor entender a importância espiritual do pensar, recorreremos à cátedra contida em O Livro dos Espíritos, onde, sob a intervenção questionadora de Allan Kardec, os Espíritos Superiores responderam (questão 71) que “a inteligência é uma faculdade especial, peculiar a algumas classes de seres orgânicos e que lhes dá, com o pensamento, a vontade de atuar, a consciência de que existem e de que constituem uma individualidade cada um, assim como os meios de estabelecerem relações com o mundo exterior e de proverem às suas necessidades”. Ficam flagrantemente, aí, quatro elementos que caracterizam a vida no estágio de espírito propriamente dito: o **pensamento**, a **ação** dele decorrente, a **consciência** da existência espiritual e a **individualidade**(**independência** em relação aos demais seres).

Mais adiante, em diversas passagens, indagando aos Espíritos sobre tópicos relacionados ao relacionamento entre os indivíduos, suas ocupações espirituais e a influência do pensamento sobre o progresso (individual e coletivo), Kardec recebe valiosas instruções, entre as quais: a) a **simpatia** entre os seres se dá pela **identidade de pensamentos e sentimentos**, tanto para o bem quanto para o mal (513), daí decorrendo que, ao se unirem sob bons propósitos, atraem para si os Bons Espíritos (656; b); **sempre ativo** é o **pensamento** de cada Espírito (563; c).

Vale salientar, ainda, que em diversos contextos, Kardec faz judiciosos comentários, ampliando o espectro de análise das informações advindas do Plano Espiritual, como por exemplo: 1) o pensamento e a vontade são as duas molas mestras da ação humano espiritual (662), o que nos remete ao conhecido adágio “querer é poder”; 2) pelo pensamento é possível dominar a Humanidade e, com propósitos elevados, torna-se viável a superação dos flagelos e das iniquidades que ainda são, realidade em nosso orbe (738); e, 3) as revoluções morais e sociais que obram o progresso nascem do pensamento de um ou mais indivíduos e influenciam sobremaneira os povos, desmoronando as estruturas retrógradas e castradoras, abrindo espaço às novas conquistas em face das necessidades e das aspirações humanas (783).

Para ficarmos apenas no segmento da filosofia espírita, imaginemos se Rivail não tivesse colocado para funcionar a sua mente (pensamento), quando foi convidado por seus amigos para

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

presenciar uma “sessão” em que os mortos vinham responder às perguntas dos vivos. E, por conseqüência, como iria ele perceber que não se tratava de um truque de ilusionismo e prestidigitação? Depois, convencido – pela reflexão madura que sua trajetória de homem e de Espírito proporcionavam – passou ele mesmo a compor (criar, com base em sua intelectualidade) um sem-número de indagações que foram remetidas a diversos pontos do planeta, para que os Espíritos a elas respondessem. E, no cume desta grandiosa atividade mental, foi ele, Rivail – já como Kardec, pois já tinha decidido racional e voluntariamente publicar o resultado de suas pesquisas e compilações, na qualidade de Codificador –, quem selecionou quais as informações seriam disponibilizadas, utilizando o conhecido critério do Consenso Universal dos Ensinos dos Espíritos (CUEE), fixando para a doutrina nascente as bases e os princípios de sustentação.

Kardec pensou – e muito! Continuou pensando até a data de seu regresso ao Plano Maior e, em lá chegando, seguramente, continua a efetuar digressões.

Seu legado – a construção intelectual moral espírita – está em nossas mãos, não para que a reproduzamos nos mesmos termos e segundo as mesmas afirmações, mas como ponto de partida para novos raciocínios e produções, na continuidade tanto da evolução intelectual quanto do intercâmbio mediúnic.

Todavia – e aí é que reside a preocupação que nos faz conceber este ensaio –, grande parte do movimento espírita abandonou a atividade pensadora nas lides spiritistas. Preferiu acomodar-se no confortável sofá da “mesmice”, na segurança do que “está posto”, na limitação do “já estabelecido” (o conteúdo das obras publicadas pelo professor lionês), imaginando que “tudo” o que tinha de ser dito ali estava, não havendo espaço para complementações, a não ser – pelas próprias palavras dos dirigentes e os textos contidos em seu veículo oficial, a Revista “Reformador”, os próprios Espíritos decidissem e informassem que a “obra de Kardec” estaria sendo complementada por mais uma “revelação”. A “revelação” – se é que assim a podemos cognominar – continua ocorrendo, diuturnamente, na forma da constância das manifestações mediúnicas em instituições comprometidas com o saber espírita, e do interesse e da dedicação de inúmeros pensadores encarnados, que colocam sua mente e seus conhecimentos a serviço da produção de teses e estudos em áreas e temas complementares àqueles contidos nos livros básicos.

E o que é pior, ainda, grande parte dos dirigentes inibe o interesse pela pesquisa e pela discussão de temas “novos”, ou pela “releitura” dos temas “antigos”, como se não houvesse como, onde e por que avançar... Recentemente, ouvi de um ex-presidente de federativa: “– Se vocês querem ser livre pensadores, deixem de ser espíritas! O Espiritismo já possui em si, prontas e acabadas, as bases de sua filosofia e prática. Não há espaço para o livre pensar, mas somente para o pensar segundo o Espiritismo!” É de estarrecer tal afirmativa, de vez que o homem (Espírito) é, por si só, desde e para o sempre, livre, em suas análises, digressões, manifestações e atitudes. Não há um “molde espírita” nem para o pensamento nem para a ação, de vez que a cada passo o ser se descobre em si mesmo e vai reagindo, sempre, de acordo com suas possibilidades evolutivas, dando respostas compatíveis ao seu grau de espiritualização individual.

Veja-se, a propósito, a informação do Espírito Verdade (questão 833, de OLE): “No pensamento goza o homem de ilimitada liberdade, pois que não há como pôr-lhe peias. Pode-se-lhe deter o voo, porém, não aniquilá-lo.” E, complementarmente, quando perguntado sobre os esforços e tentativas dos homens em obstaculizar o exercício do livre pensar, em todas as épocas da Humanidade, assim expressa (836): “Falece-lhe tanto esse direito [de pôr embaraços à liberdade de consciência] quanto com referência à liberdade de pensar, por isso que só a Deus cabe o de julgar a consciência. Assim como os homens, pelas suas leis, regulam as relações de homem para homem, Deus, pelas leis da Natureza, regula as relações entre Ele e o homem.”

O tolhimento à liberdade de expressão, assim, é sempre circunstância que merece rechaço e protesto, tal qual se depreende da lição contida, ainda, na obra pioneira (837): “Constranger os

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

homens a procederem em desacordo com o seu modo de pensar, fazê-los hipócritas. A liberdade de consciência é um dos caracteres da verdadeira civilização e do progresso”. Não é, senão, em larga escala, que temos presenciado atitudes de notória hipocrisia, como se alguns fossem superiores aos outros, para ditar-lhes normas, para decidir “o que é e o que não é Espiritismo”, para nominar e adjetivar pessoas e instituições como “autorizadas” ou “proibidas”, como “benéficas” ou “prejudiciais” à grande massa de frequentadores e interessados nos Centros Espíritas. As situações de combate às idéias manifestas por livre pensadores, que “ousam” não aceitar subservientemente as “diretrizes federativas” – que deveriam ficar adstritas, apenas, àqueles que as integram como associados, mas que, infeliz e inadvertidamente, viram regras de procedimento inquestionáveis – têm sido denunciadas e informadas à comunidade espírita consciente, para que o “escândalo necessário” venha à tona, e para que se descubra, efetivamente, no rebanho espírita, quem são os lobos e quem são os cordeiros, lembrando as passagens contidas no Evangelho. E, para que não parem dúvidas acerca da responsabilidade que toca a cada um, nas “andanças” espiritistas, ao me ser perguntado que pensar da atitude da pessoa que tenta obstruir e atribuir falsidade a quem não pensa como ela, ouçamos novamente o Espírito Verdade (839): “Isso é faltar com a caridade e atentar contra a liberdade de pensamento”.

IV – Liberdade de consciência

835. Será a liberdade de consciência uma conseqüência da de pensar?

“A consciência é um pensamento íntimo, que pertence ao homem, como todos os outros pensamentos.”

836. Tem o homem direito de pôr embaraços à liberdade de consciência?

“Falece-lhe tanto esse direito, quanto com referência à liberdade de pensar, por isso que só a Deus cabe o de julgar a consciência. Assim como os homens, pelas suas leis, regulam as relações de homem para homem, Deus, pelas leis da natureza, regula as relações entre ele e o homem.”

837. Que é o que resulta dos embaraços que se oponham à liberdade de consciência?

“Constranger os homens a procederem em desacordo com o seu modo de pensar, fazê-los hipócritas. A liberdade de consciência é um dos caracteres da verdadeira civilização e do progresso.”

838. Será respeitável toda e qualquer crença, ainda quando notoriamente falsa?

“Toda crença é respeitável, quando sincera e conducente à prática do bem. Condenáveis são as crenças que conduzam ao mal.”

839. Será repreensível aquele que escandaliza com a sua crença um outro que não pensa como ele?

“Isso é faltar com a caridade e atentar contra a liberdade de pensamento.”

840. Será atentar contra a liberdade de consciência pôr óbices a crenças capazes de causar perturbações à sociedade?

“Podem reprimir-se os atos, mas a crença íntima é inacessível.”

Reprimir os atos exteriores de uma crença, quando acarretam qualquer prejuízo a terceiros, não é atentar contra a liberdade de consciência, pois que essa repressão em nada tira à crença a liberdade, que ela conserva integral.

841. Para respeitar a liberdade de consciência, dever-se-á deixar que se propaguem doutrinas perniciosas, ou poder-se-á, sem atentar contra aquela liberdade, procurar trazer ao caminho da verdade os que se transviaram obedecendo a falsos princípios?

“Certamente que podeis e até deveis; mas, ensinai, a exemplo de Jesus, servindo-vos da brandura e da persuasão e não da força, o que seria pior do que a crença daquele a quem desejaríeis convencer. Se alguma coisa se pode impor, é o bem e a fraternidade. Mas não cremos que o melhor meio de fazê-los admitidos seja obrar com violência. A convicção não se impõe.”

842. Por que indícios se poderá reconhecer, entre todas as doutrinas que alimentam a pretensão de ser a expressão única da verdade, a que tem o direito de se apresentar como tal?

“Será aquela que mais homens de bem e menos hipócritas fizer, isto é, pela prática da lei de amor na sua maior pureza e na sua mais ampla aplicação. Esse o sinal por que reconheceréis que uma doutrina é boa, visto que toda doutrina que tiver por efeito semear a desunião e estabelecer uma linha de separação entre os filhos de Deus não pode deixar de ser falsa e pernicioso.”

A Interpretação Espírita

Foi, através do Espiritismo, que aprendemos a amar a Deus e não mais a temê-lo como tememos hoje os grandes malfeitores inimigos da ordem e da paz, que insistem por pura ignorância na causa do mal, infringindo as Leis e provocando perturbações à sociedade.

Esclarece-nos nossa abençoada doutrina que, estando acima de tudo, Deus é infinito em suas perfeições, e, sendo assim, é impossível que tenha qualquer traço de maldade, de ira ou intolerância para com qualquer de seus filhos, e mais, ainda nos apresenta como sendo nosso Pai, de infinito amor, bondade, sabedoria e justiça.

O Deus, que hoje conhecemos e amamos, é inteiramente diferente de tudo quanto já nos haviam apresentado antes nas diversas correntes religiosas em que estagiamos em tempos passados. Sendo Deus o eixo de todas as crenças religiosas e o objetivo de todos os cultos, o caráter de todas as religiões é dado conforme a interpretação daqueles que a professam e ensinam.

Há religiões que fazem de Deus um ser vingativo e cruel, julgam honrá-lo com atos de crueldade, com fogueiras e torturas; as que têm um Deus parcial e cioso são intolerantes e mais ou menos meticulosas na forma, por crerem-no mais ou menos contaminado das fraquezas e ninharias humanas.

O Espiritismo, ignorado e combatido, por ser desconhecido em sua essência da grande maioria dos seus detratores, ensina-nos a amar e compreender a tantos quanto nos acusam de feitiçaria, magia negra, e outros adjetivos menos dignos de um cristão, e nos impulsiona para frente e para o alto, na certeza de que cedo ou tarde sua filosofia de vida será adotada por todos quantos queiram seguir o Mestre de Nazaré.

Não nos arvoramos em anunciar que somos os únicos certos na interpretação das mensagens do Cristo, pois compreendemos que a todos facultou Deus a bênção da inteligência para meditar, analisar e discernir tanto quanto nós espíritas, e, por conseguinte, sabemos perfeitamente respeitar todas as interpretações dos nossos irmãos de outras correntes religiosas, embora nem sempre concordemos com tais interpretações, **mesmo daqueles que não nos dão o direito de raciocinarmos por nós mesmos**, e tentem inculcar em nós suas visões das mensagens cristãs, como se não fôssemos capazes de tirar nossas próprias conclusões dos ensinamentos contidos nos evangelhos.

Agem sob o véu do pseudoconhecimento das escrituras, e não reconhecem em mais ninguém a capacidade de entender as narrativas evangélicas; nem por isso temos o direito de agir da mesma forma, pois, se assim procedêssemos, não estaríamos seguindo as diretrizes espíritas fundamentadas no Evangelho de Jesus, que nos resumiu as Leis e os profetas em apenas dois mandamentos: “amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”, e ninguém ama a seu próximo, sem respeitá-lo em seu mais sagrado direito que é o de pensar livremente.

Segue um pequeno trecho contido na Gênese, capítulo I, item 29, sobre esse assunto:

29. “Mas, quem toma a liberdade de interpretar as Escrituras Sagradas? Quem tem esse direito? Quem possui as necessárias luzes, senão os teólogos? Quem o ousa? Primeiro, a Ciência, que a ninguém pede permissão para dar a conhecer as leis da Natureza e que salta sobre os erros e os preconceitos. Quem tem esse direito? Neste século de emancipação intelectual e de liberdade de consciência, o direito de exame pertence a todos e as Escrituras não são mais a arca santa na qual ninguém se atreveria a tocar com a ponta do dedo, sem correr o risco de ser fulminado.

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

Quanto às luzes especiais, necessárias, sem contestar as dos teólogos, por mais esclarecidos que fossem os da Idade Média, e, em particular, os Pais da Igreja, eles, contudo, não o eram bastante para não condenarem como heresia o movimento da Terra e a crença nos antípodas. Mesmo sem ir tão longe, os teólogos dos nossos dias não lançaram anátema à teoria dos períodos de formação da Terra?

Os homens só puderam explicar as Escrituras com o auxílio do que sabiam, das noções falsas ou incompletas que tinham sobre as leis da Natureza, mais tarde, reveladas pela Ciência. Eis por que os próprios teólogos, de muita boa-fé, se enganaram sobre o sentido de certas palavras e fatos do Evangelho. Querendo a todo custo encontrar nele a confirmação de uma ideia preconcebida, giraram sempre no mesmo círculo, sem abandonar o seu ponto de vista, de modo que só viam o que queriam ver. Por muito instruídos que fossem, eles não podiam compreender causas dependentes de leis que lhes eram desconhecidas.

Mas quem julgará das interpretações diversas e muitas vezes contraditórias, fora do campo da teologia? O futuro, a lógica e o bom senso. Os homens, cada vez mais esclarecidos, à medida que novos fatos e novas leis se forem revelando, saberão separar da realidade os sistemas utópicos. Ora, as ciências tornam conhecidas algumas leis; o Espiritismo revela outras; todas são indispensáveis à inteligência dos Textos Sagrados de todas as religiões, desde Confúcio e Buda até o Cristianismo. Quanto à teologia, essa não poderá judiciosamente alegar contradições da Ciência, visto como também ela nem sempre está de acordo consigo mesma.” (1)

Por tudo isso, que a Doutrina Espírita nos ensina, sigamos a mensagem Cristã, na ótica do Espiritismo, pois não cremos que Jesus seja conivente com a falta de respeito e caridade com nosso irmão em crença, simplesmente por exercer seu direito de interpretar seus ensinamentos de forma diferente da que interpretamos, e que se realmente quisermos mostrar que o estamos seguindo, amemo-nos cada vez mais conforme suas afirmações de que “**seus discípulos seriam reconhecidos por muito se amarem**”.

(1). **Kardec** Allan, A Gênese, (cap. I), (item 9).

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

V – Livre arbítrio

843. Tem o homem o livre-arbítrio de seus atos?

“Pois que tem a liberdade de pensar, tem igualmente a de obrar. Sem o livre-arbítrio, o homem seria máquina.”

844. Do livre-arbítrio goza o homem desde o seu nascimento?

“Há liberdade de agir, desde que haja vontade de fazê-lo.

Nas primeiras fases da vida, quase nula é a liberdade, que se desenvolve e muda de objeto com o desenvolvimento das faculdades. Estando seus pensamentos em concordância com o que a sua idade reclama, a criança aplica o seu livre-arbítrio àquilo que lhe é necessário.”

845. Não constituem obstáculos ao exercício do livre-arbítrio as predisposições instintivas que o homem já traz consigo ao nascer?

“As predisposições instintivas são as do Espírito antes de encarnar. Conforme seja este mais ou menos adiantado, elas podem arrastá-lo à prática de atos repreensíveis, no que será secundado pelos Espíritos que simpatizam com essas disposições. Não há, porém, arrastamento irresistível, uma vez que se tenha a vontade de resistir. Lembrai-vos de que querer é poder.” (361)

846. Sobre os atos da vida nenhuma influência exerce o organismo? E, se essa influência existe, não será exercida com prejuízo do livre-arbítrio?

“É inegável que sobre o Espírito exerce influência a matéria, que pode embaraçar-lhe as manifestações. Daí vem que, nos mundos onde os corpos são menos materiais do que na Terra, as faculdades se desdobram mais livremente. Porém, o instrumento não dá a faculdade. Além disso, cumpre se distingam as faculdades morais das intelectuais. Tendo um homem o instinto do assassinio, seu próprio Espírito é, indubitavelmente, quem possui esse instinto e quem lho dá; não são seus órgãos que lho dão. Semelhante ao bruto, e ainda pior do que este, se torna aquele que nulifica o seu pensamento, para só se ocupar com a matéria, pois que não cuida mais de se premunir contra o mal. Nisto é que incorre em falta, porquanto assim procede por vontade sua.” (Vede nos 367 e seguintes — “Influência do organismo”).

847. A aberração das faculdades tira ao homem o livre-arbítrio?

“Já não é senhor do seu pensamento aquele cuja inteligência se ache turbada por uma causa qualquer e, desde então, já não tem liberdade. Essa aberração constitui muitas vezes uma punição para o Espírito que, porventura, tenha sido, noutra existência, fútil e orgulhoso, ou tenha feito mau uso de suas faculdades. Pode esse Espírito, em tal caso, renascer no corpo de um idiota, como o déspota no de um escravo e o mau rico no de um mendigo. O Espírito, porém, sofre por efeito desse constrangimento, de que tem perfeita consciência. Está aí a ação da matéria.” (371 e seguintes)

848. Servirá de escusa aos atos reprováveis o ser devida à embriaguez a aberração das faculdades intelectuais?

“Não, porque foi voluntariamente que o ébrio se privou da sua razão, para satisfazer a paixões brutais. Em vez de uma falta, comete duas.”

849. Qual a faculdade predominante no homem em estado de selvageria: o instinto, ou o livre-arbítrio?

“O instinto, o que não o impede de agir com inteira liberdade, no tocante a certas coisas. Mas, aplica, como a criança, essa liberdade às suas necessidades e ela se amplia com a inteligência. Conseqüentemente, tu, que és mais esclarecido do que um selvagem, também és mais responsável pelo que fazes do que um selvagem o é pelos seus atos.”

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

850. A posição social não constitui às vezes, para o homem, obstáculo à inteira liberdade de seus atos?

“É fora de dúvida que o mundo tem suas exigências.

Deus é justo e tudo leva em conta. Deixa-vos, entretanto, a responsabilidade de nenhum esforço empregades para vencer os obstáculos.”

Livre-arbítrio

Sem o livre-arbítrio o homem seria uma máquina

1. O livre-arbítrio relativo é, segundo o Espiritismo, apanágio do ser humano, cujo exercício no orbe terráqueo estará também submetido a determinadas circunstâncias de acordo com o mapa de serviços a ser desenvolvido pelo reencarnante. Esse mapa é delineado pelo Espírito em harmonia com as opiniões dos seus guias espirituais, antes mesmo de se iniciar o processo reencarnatório.

2. As condições sociais, as moléstias, os ambientes viciosos, o cerco das tentações, os dissabores são circunstâncias da existência humana. Entre elas, porém, está presente sua vontade soberana. Ele pode, pois, nascer em um ambiente de miséria e dificuldades, buscando vencer por sua perseverança no trabalho e triunfar das deficiências encontradas; pode suportar as enfermidades com serenidade e resignação; pode ser tentado de todas as maneiras, mas só se tornará um criminoso se quiser.

3. Livre para agir, o homem tem liberdade de escolher o tipo de vida que queira levar. As dores, as dificuldades, as vicissitudes da vida constituem provas ou expiações que ele deve enfrentar como consequência do uso indevido, incorreto, do livre-arbítrio em existências e vivências passadas.

4. O pensamento espírita é bastante claro: “Se o homem tem liberdade de pensar, tem igualmente a de obrar”. Sem o livre-arbítrio ele seria uma máquina. E isso resulta de um fato simples: a liberdade é condição necessária à evolução do ser humano, que, sem ela, não poderia construir seu destino.

5. À primeira vista, a liberdade do homem parece muito limitada no círculo de fatalidades que o encerra: necessidades físicas, condições sociais, instintos ou interesses diversos. Mas, considerando a questão mais de perto, vê-se que esta liberdade é sempre suficiente para permitir que a alma quebre esse círculo e escape às forças opressoras.

6. Liberdade de escolha e responsabilidade são correlativas no ser e aumentam com sua elevação moral. É a responsabilidade do homem que faz sua dignidade e moralidade. Sem ela, não seria ele mais que um autômato, um brinquedo das forças ambientes. A noção de moralidade é, aliás, inseparável da de liberdade. O homem é, portanto, livre, mas responsável pelo que faz; pode, assim, realizar o que deseje. Estará, porém, ligado inevitavelmente ao fruto de suas próprias ações.

Quanto mais livre o Espírito, mais responsável será

7. Segundo a Escola Clássica, o homem dotado de inteligência e livre-arbítrio é penalmente responsável, porque: a) tem a faculdade de analisar e discernir; b) tem o poder de livre deliberação. A sociedade tem, portanto, o direito de punir o criminoso, porque este desfruta de vontade própria para delinquir ou não.

8. De acordo com a Escola Antropológica, o homem age por força das funções somáticas medulares, glandulares ou cerebrais. Assim, o crime não é resultado da livre vontade do delinquente, mas de fatores biológicos, idéia que diverge da Escola Clássica.

9. A Escola Crítica, Eclética ou Sociológica afirma: a) o crime resulta não da livre vontade do delinquente, como querem os clássicos; b) nem da imposição de reflexos biológicos, herdados ou adquiridos, como querem os antropologistas, mas exclusivamente de fatores sociais.

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

10. O Espiritismo tem visão própria acerca do assunto. Seus conceitos essenciais afinam-se, de alguma sorte, com as diversas escolas, indo, porém, mais além, em face da lei de reencarnação.

11. Esclarece-nos o Espiritismo que: a) pelo uso do livre-arbítrio construímos o nosso destino, que poderá ser de dores ou de alegrias; b) quanto mais livre é o Espírito, mais responsável será; c) a fatalidade ou o determinismo que afetam sua vida derivam da escolha das provas que o Espírito fez antes de reencarnar.

12. Se existe escolha das provas antes do renascimento corporal, o Espírito estabelece para si uma espécie de destino. Disso se conclui que o livre-arbítrio não tem uma medida absoluta, mas relativa.

Somos constrangidos a colher o resultado de nossas obras

13. Inúmeros são os exemplos da falência do indivíduo pelo uso indevido do livre-arbítrio. Vejamos alguns e suas consequências, extraídos da obra Encontro Marcado, págs. 160 a 163, de autoria de Emmanuel.

14. Com relação à posse de bens materiais, o homem é livre para reter quaisquer posses que a legislação humana lhe faculte, mas se abusa delas, criando a penúria dos semelhantes, encontrará nas consequências disso a feira de provações com que aprenderá a acender em si mesmo a luz da abnegação.

15. Com relação ao estudo, o homem é livre para ler e escrever, ensinar ou estudar tudo o que quiser, mas se coloca os valores da inteligência em apoio do mal, deteriorando a existência dos companheiros com o objetivo de acentuar o próprio orgulho, encontrará nas consequências disso a feira de provações com que aprenderá a acender em si mesmo a luz do discernimento.

16. Com relação ao trabalho, o homem é livre para abraçar as tarefas a que se afeiçoe, mas se malversa o dom de empreender e de agir, prejudicando o próximo, encontrará nas consequências disso a feira de provações com que aprenderá a acender em si mesmo a luz do serviço aos semelhantes.

17. Com relação ao sexo, o homem é livre para dar às suas energias e impulsos sexuais a direção que prefira, mas se transforma os recursos genésicos em dor e desequilíbrio, angústia ou desesperação para os semelhantes, pela injúria aos sentimentos alheios ou pela deslealdade e desrespeito aos compromissos afetivos, encontrará nas consequências disso a feira das provações com que aprenderá a acender em si mesmo a luz do amor puro.

18. Como se vê, todos somos livres para desejar, escolher, fazer e obter, mas todos somos também constrangidos a colher os resultados das nossas próprias obras.

22 – 14/09/2007

O Consolador – (Thiago Bernardes)

O princípio de ação e reação

Liberdade e responsabilidade

1. Se o homem goza da liberdade de pensar, goza igualmente da liberdade de obrar. O livre-arbítrio é apanágio da criatura humana. Sem ele, o homem seria uma máquina.

2. Nas primeiras fases da vida, quase nula é a liberdade, que se desenvolve e muda de objeto com o desenvolvimento das faculdades do indivíduo. A liberdade é a condição necessária da alma humana, que não poderia construir seu destino, caso não a desfrutasse.

3. A liberdade e a responsabilidade são correlativas no ser e aumentam com sua elevação. É a responsabilidade do homem que faz sua dignidade e moralidade. Sem responsabilidade, o homem não seria mais do que um autômato, um brinquedo das forças ambientes. A noção de moralidade é, pois, inseparável da de liberdade.

O livre-arbítrio

4. Quando resolvemos fazer ou deixar de fazer alguma coisa, a nossa consciência sempre nos alerta a respeito, aprovando-nos ou censurando-nos. Apesar de essa voz íntima nos alertar, sempre usamos o que foi decidido pela nossa vontade, ou livre-arbítrio. Nada nos coage nos momentos de decisões próprias, daí ser correto afirmar que somos responsáveis pelos nossos atos, que somos os construtores do nosso destino.

5. O livre-arbítrio pode ser, desse modo, definido como a faculdade que tem o indivíduo de determinar sua própria conduta, ou seja, a possibilidade que ele tem de, entre duas ou mais razões suficientes de querer ou de agir, escolher uma delas e fazer que prevaleça sobre as outras.

6. Aceitar que seja a vida guiada por um determinismo onde todos os acontecimentos estão fatalmente preestabelecidos é raciocinar de maneira ingênua, simplória, porque, se assim fosse, o homem não seria um ser pensante, capaz de tomar resoluções e de interferir no progresso. Seria apenas uma máquina robotizada, irresponsável, à mercê dos acontecimentos.

7. O livre-arbítrio, a livre vontade que tem o Espírito de agir, exerce-se principalmente na hora das reencarnações. Escolhendo tal família, certo meio social, ele sabe de antemão quais são as provações que o aguardam, mas compreende, igualmente, a necessidade dessas provações para desenvolver suas qualidades, curar seus defeitos, despir-se de seus preconceitos e vícios.

8. Essas provações podem ser também consequência de um passado nefasto, que é preciso reparar, e ele as aceita com resignação e confiança. O futuro aparece-lhe, então, não em seus pormenores, mas em seus traços mais salientes, isto é, na medida em que esse futuro é a resultante de atos anteriores.

A origem dos males

9. A Doutrina Espírita ensina que de duas espécies são as vicissitudes da vida, ou, se se preferir, promanam de duas fontes bem diferentes. Uma têm sua causa na vida presente; outras têm-na fora desta vida.

10. Remontando-se à origem dos males terrestres, reconhecer-se-á que muitos são a consequência natural do caráter e do proceder dos que os suportam.

11. Quantos homens caem por sua própria culpa! Quantos são vítimas de sua imprevidência, de seu orgulho e de sua ambição! Quantos se arruinaram por falta de ordem, de perseverança, pelo

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

mau proceder, ou por não terem sabido limitar seus desejos! Quantas doenças e enfermidades decorrem da intemperança e dos excessos de todo gênero! Quantos pais são infelizes com seus filhos, porque não lhes combateram desde o princípio as más tendências!

12. A quem, então, há de o homem responsabilizar por todas essas aflições, senão a si mesmo? O homem é, portanto, em grande número de casos, o causador de seus próprios infortúnios.

13. Existem, no entanto, males que se dão sem que ele, ao menos aparentemente, tenha qualquer culpa. São dores e vicissitudes cuja origem se encontra em atos praticados em existências pregressas, como, por exemplo, os acidentes que nenhuma previsão pode impedir; os reveses da fortuna, que frustram todas as precauções ditadas pela prudência; os flagelos naturais, as enfermidades de nascença, sobretudo as que tiram a tantas pessoas os meios de ganhar a vida pelo trabalho, etc.

Ação e Reação

14. Os que nascem nessas condições, sem que tenham feito nada na atual existência para merecer tão triste sorte, colhem agora os efeitos dos seus atos do pretérito, porquanto não há sofrimento sem causa, e a lei de ação e reação, que rege a nossa vida, determina que, se somos livres na sementeira, somos escravos na colheita.

15. Deus nos permite, assim, pelo livre-arbítrio, a responsabilidade de praticar o bem ou a mal, mas, a partir do momento que decidimos o que fazer, essa **ação gera uma reação** característica, que virá, mais tarde sob a forma de colheita.

16. Explicam-se, dessa forma, pela pluralidade das existências e pela destinação da Terra, como mundo expiatório, as anomalias que apresenta a distribuição da ventura e da desventura entre os bons e os maus neste planeta.

VI – Fatalidade

851. Haverá fatalidade nos acontecimentos da vida, conforme ao sentido que se dá a este vocábulo?

Quer dizer: todos os acontecimentos são predeterminados?

E, neste caso, que vem a ser do livre-arbítrio?

“A fatalidade existe unicamente pela escolha que o Espírito fez, ao encarnar, desta ou daquela prova para sofrer.

Escolhendo-a, instituiu para si uma espécie de destino, que é a consequência mesma da posição em que vem a achar-se colocado. Falo das provas físicas, pois, pelo que toca às provas morais e às tentações, o Espírito, conservando o livre-arbítrio quanto ao bem e ao mal, é sempre senhor de ceder ou de resistir. Ao vê-lo fraquear, um bom Espírito pode vir-lhe em auxílio, mas não pode influir sobre ele de maneira a dominar-lhe a vontade. Um Espírito mau, isto é, inferior, mostrando-lhe, exagerando aos seus olhos um perigo físico, o poderá abalar e amedrontar. Nem por isso, entretanto, a vontade do Espírito encarnado deixa de se conservar livre de quaisquer peias.”

852. Há pessoas que parecem perseguidas por uma fatalidade, independente da maneira por que procedem. Não lhes estará no destino o infortúnio?

“São, talvez, provas que lhes caiba sofrer e que elas escolheram. Porém, ainda aqui lançais à conta do destino o que as mais das vezes é apenas consequência de vossas próprias faltas. Trata de ter pura a consciência em meio dos males que te afligem e já bastante consolado te sentirás.”

As idéias exatas ou falsas que fazemos das coisas nos levam a ser bem ou malsucedidos, de acordo com o nosso caráter e a nossa posição social. Achamos mais simples e menos humilhante para o nosso amor-próprio atribuir antes à sorte ou ao destino os insucessos que experimentamos, do que à nossa própria falta.

É certo que para isso contribuí algumas vezes a influência dos Espíritos, mas também o é que podemos sempre forrar-nos a essa influência, repelindo as idéias que eles nos sugerem, quando más.

853. Algumas pessoas só escapam de um perigo mortal para cair em outro. Parece que não podiam escapar da morte. Não há nisso fatalidade?

“Fatal, no verdadeiro sentido da palavra, só o instante da morte o é. Chegado esse momento, de uma forma ou doutra, a ele não podeis furtar-vos.”

a) — Assim, qualquer que seja o perigo que nos ameace, se a hora da morte ainda não chegou, não morreremos?

“Não; não perecerás e tens disso milhares de exemplos.

Quando, porém, soe a hora da tua partida, nada poderá impedir que partas. Deus sabe de antemão de que gênero será a morte do homem e muitas vezes seu Espírito também o sabe, por lhe ter sido isso revelado, quando escolheu tal ou qual existência.”

854. Do fato de ser infalível a hora da morte, poder-se-á deduzir que sejam inúteis as precauções que tomemos para evitá-la?

“Não, visto que as precauções que tomais vos são sugeridas com o fito de evitardes a morte que vos ameaça.

São um dos meios empregados para que ela não se dê.”

855. Com que fim nos faz a Providência correr perigos que nenhuma consequência devem ter?

“O fato de ser a tua vida posta em perigo constitui um aviso que tu mesmo desejaste, a fim de te desviares do mal e te tornares melhor. Se escapas desse perigo, quando ainda sob a impressão do risco que correste, cogitas, mais ou menos seriamente, de te melhorares, conforme seja mais ou menos forte sobre ti a influência dos Espíritos bons.

Sobrevindo o mau Espírito (digo mau, subentendendo o mal que ainda existe nele), entras a pensar que do mesmo modo escaparás a outros perigos e deixas que de novo tuas paixões se

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

desencadeiem. Por meio dos perigos que correis, Deus vos lembra a vossa fraqueza e a fragilidade da vossa existência. Se examinardes a causa e a natureza do perigo, verificareis que, quase sempre, suas consequências teriam sido a punição de uma falta cometida ou da negligência no cumprimento de um dever. Deus, por essa forma, exorta o Espírito a cair em si e a se emendar.” (526-532)

856. Sabe o Espírito antecipadamente de que gênero será sua morte?

“Sabe que o gênero de vida que escolheu o expõe mais a morrer desta do que daquela maneira. Sabe igualmente quais as lutas que terá de sustentar para evitá-lo e que, se Deus o permitir, não sucumbirá.”

857. Há homens que afrontam os perigos dos combates, persuadidos, de certo modo, de que a hora não lhes chegou.

Haverá algum fundamento para essa confiança?

“Muito amiúde tem o homem o pressentimento do seu fim, como pode ter o de que ainda não morrerá. Esse pressentimento lhe vem dos Espíritos seus protetores, que assim o advertem para que esteja pronto a partir, ou lhe fortalecem a coragem nos momentos em que mais dela necessita. Pode vir-lhe também da intuição que tem da existência que escolheu, ou da missão que aceitou e que sabe ter que cumprir.” (411-522)

858. Por que razão os que pressentem a morte a temem geralmente menos do que os outros?

“Quem teme a morte é o homem, não o Espírito. Aquele que a pressente pensa mais como Espírito do que como homem. Compreende ser ela a sua libertação e espera-a.”

859. Com todos os acidentes, que nos sobrevêm no curso da vida, se dá o mesmo que com a morte, que não pode ser evitada, quando tem de ocorrer?

“São de ordinário coisas muito insignificantes, de sorte que vos podemos prevenir deles e fazer que os eviteis algumas vezes, dirigindo o vosso pensamento, pois nos desagradam os sofrimentos materiais. Isso, porém, nenhuma importância tem na vida que escolhestes. A fatalidade, verdadeiramente, só existe quanto ao momento em que deveis aparecer e desaparecer deste mundo.”

a) — Haverá fatos que forçosamente devam dar-se e que os Espíritos não possam conjurar, embora o queiram?

“Há, mas que tu viste e pressentiste quando, no estado de Espírito, fizeste a tua escolha. Não creias, entretanto, que tudo o que sucede esteja escrito, como costumam dizer. Um acontecimento qualquer pode ser a consequência de um ato que praticaste por tua livre vontade, de tal sorte que, se não o houvesses praticado, o acontecimento não se teria dado. Imagina que queimas o dedo. Isso nada mais é senão resultado da tua imprudência e efeito da matéria. Só as grandes dores, os fatos importantes e capazes de influir no moral, Deus os prevê, porque são úteis à tua depuração e à tua instrução.”

860. Pode o homem, pela sua vontade e por seus atos, fazer que se não deem acontecimentos que deveriam verificar-se e reciprocamente?

“Pode-o, se essa aparente mudança na ordem dos fatos tiver cabimento na sequência da vida que ele escolheu. Acresce que, para fazer o bem, como lhe cumpre, pois que isso constitui o objetivo único da vida, facultado lhe é impedir o mal, sobretudo aquele que possa concorrer para a produção de um mal maior.”

861. Ao escolher a sua existência, o Espírito daquele que comete um assassinio sabia que viria a ser assassino?

“Não. Escolhendo uma vida de lutas, sabe que terá ensejo de matar um de seus semelhantes, mas não sabe se o fará, visto que ao crime precederá quase sempre, de sua parte, a deliberação de praticá-lo. Ora, aquele que delibera sobre uma coisa é sempre livre de fazê-la, ou não. Se

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

soubesse previamente que, como homem, teria que cometer um crime, o Espírito estaria a isso predestinado. Ficai, porém, sabendo que ninguém há predestinado ao crime e que todo crime, como qualquer outro ato, resulta sempre da vontade e do livre-arbítrio.

“Demais, sempre confundis duas coisas muito distintas: os sucessos materiais da vida e os atos da vida moral.

A fatalidade, que algumas vezes há, só existe com relação àqueles sucessos materiais, cuja causa reside fora de vós e que independem da vossa vontade. Quanto aos atos da vida moral, esses emanam sempre do próprio homem que, por conseguinte, tem sempre a liberdade de escolher. No tocante, pois, a esses atos, nunca há fatalidade.”

862. Pessoas existem que nunca logram bom êxito em coisa alguma, que parecem perseguidas por um mau gênio em todos os seus empreendimentos. Não se pode chamar a isso fatalidade?

“Será uma fatalidade, se lhe quiseres dar esse nome, mas que decorre do gênero da existência escolhida. É que essas pessoas quiseram ser provadas por uma vida de decepções, a fim de exercitarem a paciência e a resignação.

Entretanto, não creias seja absoluta essa fatalidade. Resulta muitas vezes do caminho falso que tais pessoas tomam, em discordância com suas inteligências e aptidões.

Grandes probabilidades têm de se afogar quem pretender atravessar a nado um rio, sem saber nadar. O mesmo se dá relativamente à maioria dos acontecimentos da vida. Quase sempre obteria o homem bom êxito, se só tentasse o que estivesse em relação com as suas faculdades. O que o perde são o seu amor-próprio e a sua ambição, que o desviam da senda que lhe é própria e o fazem considerar vocação o que não passa de desejo de satisfazer a certas paixões. Fracassa por sua culpa. Mas, em vez de culpar-se a si mesmo, prefere queixar-se da sua estrela. Um, por exemplo, que seria bom operário e ganharia honestamente a vida, mete-se a ser mau poeta e morre de fome. Para todos haveria lugar no mundo, desde que cada um soubesse colocar-se no lugar que lhe compete.”

863. Os costumes sociais não obrigam muitas vezes o homem a enveredar por um caminho de preferência a outro e não se acha ele submetido à direção da opinião geral, quanto à escolha de suas ocupações? O que se chama respeito humano não constitui óbice ao exercício do livre-arbítrio?

“São os homens e não Deus quem faz os costumes sociais. Se eles a estes se submetem, é porque lhes convêm.

Tal submissão, portanto, representa um ato de livre-arbítrio, pois que, se o quisessem, poderiam libertar-se de semelhante jugo. Por que, então, se queixam? Falece-lhes razão para acusarem os costumes sociais. A culpa de tudo devem lançá-la ao tolo amor-próprio de que vivem cheios e que os faz preferirem morrer de fome a infringi-los. Ninguém lhes leva em conta esse sacrifício feito à opinião pública, ao passo que Deus lhes levará em conta o sacrifício que fizerem de suas vaidades. Não quer isto dizer que o homem deva afrontar sem necessidade aquela opinião, como fazem alguns em quem há mais originalidade do que verdadeira filosofia. Tanto desatino há em procurar alguém ser apontado a dedo, ou considerado animal curioso, quanto acerto em descer voluntariamente e sem murmurar, desde que não possa manter-se no alto da escala.”

864. Assim como há pessoas a quem a sorte em tudo é contrária, outras parecem favorecidas por ela, pois que tudo lhes sai bem. A que atribuir isso?

“De ordinário, é que essas pessoas sabem conduzir-se melhor nas suas empresas. Mas, também pode ser um gênero de prova. O bom êxito as embriaga; fiam-se no seu destino e muitas vezes pagam mais tarde esse bom êxito, mediante revezes cruéis, que a prudência as teria feito evitar.”

865. Como se explica que a boa sorte favoreça a algumas pessoas em circunstâncias com as quais nada têm que ver a vontade, nem a inteligência: no jogo, por exemplo?

“Alguns Espíritos hão escolhido previamente certas espécies de prazer. A fortuna que os favorece é uma tentação.

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

Aquele que, como homem, ganha; perde como Espírito. É uma prova para o seu orgulho e para a sua cupidez.”

866. Então, a fatalidade que parece presidir aos destinos materiais de nossa vida também é resultante do nosso livre-arbítrio?

“Tu mesmo escolheste a tua prova. Quanto mais rude ela for e melhor a suportares, tanto mais te elevarás. Os que passam a vida na abundância e na ventura humana são Espíritos pusilânimes, que permanecem estacionários.

Assim, o número dos desafortunados é muito superior ao dos felizes deste mundo, atento que os Espíritos, na sua maioria, procuram as provas que lhes sejam mais proveitosas.

Eles vêem perfeitamente bem a futilidade das vossas grandezas e gozos. Acresce que a mais ditosa existência é sempre agitada, sempre perturbada, quando mais não seja, pela ausência da dor.” (525 e seguintes)

867. Onde vem a expressão: Nascer sob uma boa estrela?

“Antiga superstição, que prendia às estrelas os destinos dos homens. Alegoria que algumas pessoas fazem a tolice de tomar ao pé da letra.”

Fatalidade e Livre-arbítrio

Antes do regresso à experiência no Plano Físico, nossa alma em prece roga ao Senhor a concessão da luta para o trabalho de nosso próprio reajustamento. Solicitamos a reaproximação de antigos desafetos.

Imploramos o retorno ao círculo de obstáculos que nos presenciou a derrota em romagens mal vividas.

Suplicamos a presença de verdugos com quem cultiváramos o ódio, para tentar a cultura santificante do amor.

Pedimos seja levado de novo aos nossos lábios o cálice das provas em que fracassamos, esperando exercitar a fé e a resignação, a paciência e o valor.

E com a intercessão de variados amigos que se transformam em confiantes avalistas de nossas promessas, obtivemos a bênção da volta.

Efetivamente em tais circunstâncias, o esquema de ação surge traçado.

Somos herdeiros do nosso pretérito e, nessa condição, arquitetamos nossos próprios destinos. Entretanto, imanizados temporariamente ao veículo terrestre, acariciamos nossas antigas tendências de fuga ao dever nobilitante.

Instintivamente, tornamos, despreocupados, à caça de vantagens físicas, de caprichos perniciosos, de mentiroso domínio e de nefasto prazer. O egoísmo e a vaidade costumam retomar o leme de nosso destino e abominamos o sofrimento e o trabalho, quais se nos fossem duros algozes, quando somente com o auxílio deles conseguimos soerguer o coração para a vitória espiritual a que somos endereçados.

É, por isso, que fatalidade e livre-arbítrio coexistem nos mínimos ângulos de nossa jornada planetária.

Geramos causas de dor ou alegria, de saúde ou enfermidade em variados momentos de nossa vida.

O mapa de regeneração volta conosco ao mundo, consoante as responsabilidades por nós mesmos assumidas no pretérito remoto e próximo; contudo, o modo pelo qual nos desvencilhamos dos efeitos de nossas próprias obras facilita ou dificulta a nossa marcha redentora na estrada que o mundo nos oferece.

Aceitemos os problemas e as inquietações que a Terra nos impõe agora, atendendo aos nossos próprios desejos, na planificação que ontem organizamos, fora do corpo denso, e tenhamos cautela com o modo de nossa movimentação no campo das próprias tarefas, porque, conforme as nossas diretrizes de hoje, na preparação do futuro, a vida nos oferecerá amanhã paz ou luta, felicidade ou provação, luz ou treva, bem ou mal.

Emmanuel, Nacer e Renascer, (psicografia Chico Xavier), (cap. 4)

VII – Conhecimento do futuro

868. Pode o futuro ser revelado ao homem?

“Em princípio, o futuro lhe é oculto e só em casos raros e excepcionais permite Deus que seja revelado.”

869. Com que fim o futuro se conserva oculto ao homem?

“Se o homem conhecesse o futuro, negligenciaria do presente e não obraria com a liberdade com que o faz, porque o dominaria a idéia de que, se uma coisa tem que acontecer, inútil será ocupar-se com ela, ou então procuraria obstar a que acontecesse. Não quis Deus que assim fosse, a fim de que cada um concorra para a realização das coisas, até daquelas a que desejaria opor-se. Assim é que tu mesmo preparas muitas vezes os acontecimentos que hão de sobrevir no curso da tua existência.”

870. Mas, se convém que o futuro permaneça oculto, por que permite Deus que seja revelado algumas vezes?

“Permite-o, quando o conhecimento prévio do futuro facilite a execução de uma coisa, em vez de a estorvar, obrigando o homem a agir diversamente do modo por que agiria, se lhe não fosse feita a revelação. Não raro, também é uma prova. A perspectiva de um acontecimento pode sugerir pensamentos mais ou menos bons. Se um homem vem a saber, por exemplo, que vai receber uma herança, com que não conta, pode dar-se que a revelação desse fato desperte nele o sentimento da cobiça, pela perspectiva de se lhe tornarem possíveis maiores gozos terrenos, pela ânsia de possuir mais depressa a herança, desejando talvez, para que tal se dê, a morte daquele de quem herdará. Ou, então, essa perspectiva lhe inspirará bons sentimentos e pensamentos generosos. Se a predição não se cumpre, aí está outra prova, consistente na maneira por que suportará a decepção. Nem por isso, entretanto, lhe caberá menos o mérito ou o demérito dos pensamentos bons ou maus que a crença na ocorrência daquele fato lhe fez nascer no íntimo.”

871. Pois que Deus tudo sabe, não ignora se um homem sucumbirá ou não em determinada prova. Assim sendo, qual a necessidade dessa prova, uma vez que nada acrescentará ao que Deus já sabe a respeito desse homem?

“Isso equivale a perguntar por que não criou Deus o homem perfeito e acabado (119); por que passa o homem pela infância, antes de chegar à condição de adulto (379).

A prova não tem por fim, dar a Deus esclarecimentos sobre o homem, pois que Deus sabe perfeitamente o que ele vale, mas dar ao homem toda a responsabilidade de sua ação, uma vez que tem a liberdade de fazer ou não fazer. Dotado da faculdade de escolher entre o bem e o mal, a prova tem por efeito pô-lo em luta com as tentações do mal e conferir-lhe todo o mérito da resistência. Ora, conquanto saiba de antemão se ele se sairá bem ou não, Deus não o pode, em sua justiça, punir, nem recompensar, por um ato ainda não praticado.” (258)

Assim sucede entre os homens. Por muito capaz que seja um estudante, por grande que seja a certeza que se tenha de que alcançará bom êxito, ninguém lhe confere grau algum sem exame, isto é, sem prova. Do mesmo modo, o juiz não condena um acusado, senão com fundamento num ato consumado e não na previsão de que ele possa ou deva consumir esse ato.

Quanto mais se reflete nas consequências que teria para o homem o conhecimento do futuro, melhor se vê quanto foi sábia a Providência em lho ocultar. A certeza de um acontecimento venturoso o lançaria na inação. A de um acontecimento infeliz o encheria de desânimo. Em ambos os casos, suas forças ficariam paralisadas. Daí o não lhe ser mostrado o futuro, senão como meta que lhe cumpre atingir por seus esforços, mas ignorando os trâmites por que terá de passar para alcançá-la. O conhecimento de todos os incidentes da jornada lhe tolheria a iniciativa e o uso do livre-arbítrio. Ele se deixaria resvalar pelo declive fatal dos acontecimentos, sem exercer suas faculdades. Quando o feliz êxito de uma coisa está assegurado, ninguém mais com ela se preocupa.

Editorial

309 – 28/04/2013

O Consolador

VII. Conhecimento do futuro

O Futuro a Deus pertence

No tocante à marcha dos acontecimentos, uma questão que sempre vem à tona é esta: Se é conveniente ao homem que o futuro lhe seja interdito, por que Deus permite, em determinadas situações, que ele lhe seja revelado?

O assunto foi examinado por Kardec em pelo menos, duas obras O Livro dos Espíritos e Obras Póstumas.

Na questão 869 d'O Livro dos Espíritos está dito que o homem, sem dúvida nenhuma, negligenciaria o presente e não obraria com a liberdade com que age se as coisas futuras lhe fossem antecipadamente reveladas.

O argumento utilizado na doutrina espírita é muito simples. Muitas pessoas assim pensariam: se uma coisa tem que acontecer, inútil será ocupar-se com ela; ou então procurariam obstar a que tal ocorresse.

Ciente disso, o Criador certamente não quis que as coisas caminhassem assim, a fim de que cada indivíduo possa concorrer livremente para a realização das coisas, até mesmo daquelas a que, se pudesse, desejaria opor-se.

Dessa maneira, nós mesmos preparamos os acontecimentos que hão de sobrevir no curso da nossa existência.

O desconhecimento acerca do que ocorrerá, se teremos sucesso ou se malograremos, dá-nos o mérito da tentativa, fato que é fundamental no processo evolutivo.

Afinal, não podemos ignorar que um dos objetivos da encarnação é nossa própria evolução e a meta é a perfeição.

Na questão 868 do mesmo livro, os imortais admitem, porém, que – embora o futuro nos seja oculto – Deus permite “em casos raros e excepcionais” que ele nos seja revelado.

Mas, pergunta-se: por que o Criador o permite?

A resposta vamos encontrar na questão 870 da mesma obra, na qual os benfeitores espirituais informam que Deus o permite “quando o conhecimento prévio do futuro facilite a execução de uma coisa, em vez de a estorvar, obrigando o homem a agir diversamente do modo por que agiria se lhe não fosse feita a revelação”.

Não raro, porém, tal revelação constitui simples prova, uma vez que a perspectiva de um acontecimento pode sugerir pensamentos bons ou menos bons.

Se um homem vem a saber, por exemplo, que vai receber uma herança com a qual não contava, pode ocorrer que essa revelação desperte nele o sentimento da cobiça, pela perspectiva de se lhe tornarem possíveis maiores gozos terrenos ou pela ânsia de possuir mais depressa a herança, desejando talvez, para que tal ocorra, até mesmo a morte da pessoa de quem a herdará.

Crimes com esse objetivo já foram tema de crônicas policiais e de vários romances.

O assunto suscita uma outra questão, que Kardec examinou em Obras Póstumas, relativa ao dom da presciência atribuído aos videntes.

Como é dito na questão 454 d'O Livro dos Espíritos, a vidência, também chamada de dupla vista ou segunda vista, pode dar a certas pessoas a presciência das coisas, bem como os pressentimentos. A explicação não é difícil de compreender.

Nos fenômenos da dupla vista, estando a alma em parte desligada do envoltório material que limita suas faculdades, não há mais para ela nem duração, nem distâncias.

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

Abarcando o tempo e o espaço, tudo se confunde no presente. Livre de seus entraves, ela julga os efeitos e as causas melhor do que algum homem pode fazê-lo.
Ela pode ver, então, as consequências das coisas presentes e fazer-nos pressenti-las.

É nesse sentido que se deve entender o dom da presciência atribuído aos videntes. Suas previsões não são senão o resultado de uma consciência mais clara do que existe, e não uma predição de coisas fortuitas sem laço com o presente.

É uma dedução lógica do conhecido para se chegar ao desconhecido, que depende, muito frequentemente, de nossa maneira de ser.

O vidente não é, assim, um adivinho, mas um ser que percebe o que não vemos.

E se, porventura, chega a revelar algo pertinente ao futuro, o fato se dá dentro dos limites e objetivos mencionados na questão 870 d'O Livro dos Espíritos, a que nos reportamos acima.

VIII – RESUMO TEÓRICO DO MÓVEL DAS AÇÕES HUMANAS

872. A questão do livre-arbítrio se pode resumir assim: O homem não é fatalmente levado ao mal; os atos que pratica não foram previamente determinados; os crimes que comete não resultam de uma sentença do destino. Ele pode, por prova e por expiação, escolher uma existência em que seja arrastado ao crime, quer pelo meio onde se ache colocado, quer pelas circunstâncias que sobrevenham, mas será sempre livre de agir ou não agir. Assim, o livre-arbítrio existe para ele, quando no estado de Espírito, ao fazer a escolha da existência e das provas e, como encarnado, na faculdade de ceder ou de resistir aos arrastamentos a que todos nos temos voluntariamente submetido. Cabe à educação combater essas más tendências. Fá-lo-á utilmente, quando se basear no estudo aprofundado da natureza moral do homem. Pelo conhecimento das leis que regem essa natureza moral, chegar-se-á a modificá-la, como se modifica a inteligência pela instrução e o temperamento pela higiene.

Desprendido da matéria e no estado de erraticidade, o Espírito procede à escolha de suas futuras existências corporais, de acordo com o grau de perfeição a que haja chegado e é nisto, como temos dito, que consiste sobretudo o seu livre-arbítrio. Esta liberdade, a encarnação não a anula. Se ele cede à influência da matéria, é que sucumbe nas provas que por si mesmo escolheu. Para ter quem o ajude a vencê-las, concedido lhe é invocar a assistência de Deus e dos bons Espíritos. (337)

Sem o livre-arbítrio, o homem não teria nem culpa por praticar o mal, nem mérito em praticar o bem. E isto a tal ponto está reconhecido que, no mundo, a censura ou o elogio são feitos à intenção, isto é, à vontade. Ora, quem diz vontade diz liberdade. Nenhuma desculpa poderá, portanto, o homem buscar, para os seus delitos, na sua organização física, sem abdicar da razão e da sua condição de ser humano, para se equiparar ao bruto. Se fora assim quanto ao mal, assim não poderia deixar de ser relativamente ao bem. Mas, quando o homem pratica o bem, tem grande cuidado de averbar o fato à sua conta, como mérito, e não cogita de, por ele gratificar os seus órgãos, o que prova que, por instinto, não renuncia, malgrado à opinião de alguns sistemáticos, ao mais belo privilégio de sua espécie: a liberdade de pensar.

A fatalidade, como vulgarmente é entendida, supõe a decisão prévia e irrevogável de todos os sucessos da vida, qualquer que seja a importância deles. Se tal fosse a ordem das coisas, o homem seria qual máquina sem vontade. De que lhe serviria a inteligência, desde que houvesse de estar invariavelmente dominado, em todos os seus atos, pela força do destino? Semelhante doutrina, se verdadeira, conteria a destruição de toda liberdade moral; já não haveria para o homem responsabilidade, nem, por conseguinte, bem, nem mal, crimes ou virtudes. Não seria possível que Deus, soberanamente justo, castigasse suas criaturas por faltas cujo cometimento não dependera delas, nem que as recompensasse por virtudes de que nenhum mérito teriam.

Demais, tal lei seria a negação da do progresso, porquanto o homem, tudo esperando da sorte, nada tentaria para melhorar a sua posição, visto que não conseguiria ser mais nem menos.

Contudo, a fatalidade não é uma palavra vã. Existe na posição que o homem ocupa na Terra e nas funções que aí desempenha, em consequência do gênero de vida que seu Espírito escolheu como prova, expiação ou missão. Ele sofre fatalmente todas as vicissitudes dessa existência e todas as tendências boas ou más, que lhe são inerentes. Aí, porém, acaba a fatalidade, pois da sua vontade depende ceder ou não a essas tendências. Os pormenores dos acontecimentos, esses ficam subordinados às circunstâncias que ele próprio cria pelos seus atos, sendo que nessas circunstâncias podem os Espíritos influir pelos pensamentos que sugiram. (459)

Há fatalidade, portanto, nos acontecimentos que se apresentam, por serem estes consequência da escolha que o Espírito fez da sua existência de homem. Pode deixar de haver fatalidade no resultado de tais acontecimentos, visto ser possível ao homem, pela sua prudência, modificar-lhes o curso. Nunca há fatalidade nos atos da vida moral.

No que concerne à morte é que o homem se acha submetido, em absoluto, à inexorável lei da fatalidade, por isso que não pode escapar à sentença que lhe marca o termo da existência, nem ao gênero de morte que haja de cortar a esta o fio.

O Livro dos espíritos – (Livro III – Capítulo X)

Segundo a doutrina vulgar, de si mesmo tiraria o homem todos os seus instintos, que, então, proviriam, ou da sua organização física, pela qual nenhuma responsabilidade lhe toca, ou da sua própria natureza, caso em que lícito lhe fora procurar desculpar-se consigo mesmo, dizendo não lhe pertencer a culpa de ser feito como é. Muito mais moral se mostra, indiscutivelmente, a Doutrina Espírita. Ela admite no homem o livre-arbítrio em toda a sua plenitude e, se lhe diz que, praticando o mal, ele cede a uma sugestão estranha e má, em nada lhe diminui a responsabilidade, pois lhe reconhece o poder de resistir, o que evidentemente lhe é muito mais fácil do que lutar contra a sua própria natureza.

Assim, de acordo com a Doutrina Espírita, não há arrastamento irresistível: o homem pode sempre cerrar ouvidos à voz oculta que lhe fala no íntimo, induzindo-o ao mal, como pode cerrá-los à voz material daquele que lhe fale ostensivamente. Pode-o pela ação da sua vontade, pedindo a Deus a força necessária e reclamando, para tal fim, a assistência dos bons Espíritos. Foi o que Jesus nos ensinou por meio da sublime prece que é a Oração dominical, quando manda que digamos: “Não nos deixes sucumbir à tentação, mas livra-nos do mal.”

Essa teoria da causa determinante dos nossos atos ressalta com evidência de todo o ensino que os Espíritos hão dado. Não só é sublime de moralidade, mas também, acrescentaremos, eleva o homem aos seus próprios olhos.

Mostra-o livre de subtrair-se a um jugo obsessivo, como livre é de fechar sua casa aos importunos. Ele deixa de ser simples máquina, atuando por efeito de uma impulsão independente da sua vontade, para ser um ente racional, que ouve, julga e escolhe livremente de dois conselhos um.

Aditemos que, apesar disto, o homem não se acha privado de iniciativa, não deixa de agir por impulso próprio, pois que, em definitivo, ele é apenas um Espírito encarnado que conserva, sob o envoltório corporal, as qualidades e os defeitos que tinha como Espírito.

Conseqüentemente, as faltas que cometemos têm por fonte primária a imperfeição do nosso próprio Espírito, que ainda não conquistou a superioridade moral que um dia alcançará, mas que, nem por isso, carece de livre-arbítrio.

A vida corpórea lhe é dada para se expungir de suas imperfeições, mediante as provas por que passa, imperfeições que, precisamente, o tornam mais fraco e mais acessível às sugestões de outros Espíritos imperfeitos, que delas se aproveitam para tentar fazê-lo sucumbir na luta em que se empenhou.

Se dessa luta sai vencedor, ele se eleva; se fracassa, permanece o que era, nem pior, nem melhor. Será uma prova que lhe cumpre recomeçar, podendo suceder que longo tempo gaste nessa alternativa. Quanto mais se depura, tanto mais diminuem os seus pontos fracos e tanto menos acesso oferece aos que procurem atraí-lo para o mal. Na razão de sua elevação, cresce-lhe a força moral, fazendo que dele se afastem os maus Espíritos.

Todos os Espíritos, mais ou menos bons, quando encarnados, constituem a espécie humana e, como o nosso mundo é um dos menos adiantados, nele se conta maior número de Espíritos maus do que de bons. Tal a razão por que aí vemos tanta perversidade. Façamos, pois, todos os esforços para a este planeta não voltarmos, após a presente estada, e para merecermos ir repousar em mundo melhor, em um desses mundos privilegiados, onde não nos lembraremos da nossa passagem por aqui, senão como de um exílio temporário.